



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CONTRATO Nº 032/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM:

PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 030/2025

OBJETO CONTRATUAL:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE INTERESSE DESTES MUNICÍPIO.

VALOR CONTRATUAL:

R\$ 452.133,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, CENTO E TRINTA E TRÊS REAIS).

VIGÊNCIAS CONTRATUAL:

INICIAL: 14/05/2025

FINAL: 14/05/2026

DADOS DO CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 12.013.889/0001-20

Rua Davi Alves Silva, s/n, Bairro Centro, Cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão.

Kelli Cristiana Machado dos Santos, CPF nº 435.959.013-04

DADOS DO CONTRATADO:

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISES CLÍNICAS CEBRAC EIRELI, CNPJ nº 17.663.605/0001-65

Rua Benedito Leite, Número 812, Bairro Centro, Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Manoel Marne Ibiapino Garreto, CPF nº 852.411.483-53

FISCAL DO CONTRATO:

Nome Fiscal Contrato: Wanderson da Silva Ferreira, CPF nº 025.616.283-59.

PREÂMBULO

Ao décimo quarto dia do mês de maio de 2025, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS**, através da Unidade Administrativa Contratante o Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº 12.013.889/0001-20, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de exames laboratoriais de interesse deste município, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 452.133,00 (Quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e três reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ANÁLISES DA URINA (EAS - URINA TIPO I)	600	5,26	R\$ 3.156,00
2	ANTIBIOGRAMA	50	7,07	R\$ 353,50
3	BACILOSCOPIA DIRETA P/BAAR (HANSENÍASE)	100	5,96	R\$ 596,00
4	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBÉRCULOS (CONTROLE)	50	5,96	R\$ 298,00
5	BACILOSCOPIA DIRETA P/BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	150	5,96	R\$ 894,00
6	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	800	3,97	R\$ 3.176,00
7	CLEARANCE DE CREATININA	100	6,29	R\$ 629,00
8	CLEARANCE DE UREIA	80	4,98	R\$ 398,40
9	CONTAGEM DE LINFÓCITOS CD4/CD8	80	21,33	R\$ 1.706,40
10	CONTAGEM DE PLAQUETAS	200	3,88	R\$ 776,00
11	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	80	3,88	R\$ 310,40
12	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	100	7,98	R\$ 798,00
13	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	100	5,95	R\$ 595,00
14	DETECÇÃO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	100	136,54	R\$ 13.654,00
15	DETERMINAÇÃO DE CARIÓTIPO EM SANGUE PERIFÉRICO	50	227,57	R\$ 11.378,50
16	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	800	13,15	R\$ 10.520,00
17	DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAMA DE AMINOÁCIDOS	800	22,26	R\$ 17.808,00
18	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	200	5,16	R\$ 1.032,00
19	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS)	200	14,22	R\$ 2.844,00
20	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE (LATEX)	100	4,02	R\$ 402,00
21	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	800	3,88	R\$ 3.104,00
22	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	200	3,88	R\$ 776,00
23	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA)	100	8,20	R\$ 820,00
24	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	100	3,88	R\$ 388,00
25	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	120	3,88	R\$ 465,60
26	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	100	1,95	R\$ 195,00
27	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	800	14,50	R\$ 11.600,00
28	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	80	21,68	R\$ 1.734,40
29	DOSAGEM DE ACIDO ÚRICO	200	2,63	R\$ 526,00
30	DOSAGEM DE ALFAFETOPROTEÍNA	10	21,42	R\$ 214,20
31	DOSAGEM DE ALUMÍNIO	800	39,11	R\$ 31.288,00
32	DOSAGEM DE AMILASE	100	3,19	R\$ 319,00
33	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	700	16,39	R\$ 11.473,00
34	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO (PSA TOTAL E LIVRE)	100	23,35	R\$ 2.335,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



35	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	150	19,27	R\$ 2.890,50
36	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	140	2,85	R\$ 399,00
37	DOSAGEM DE CÁLCIO	200	2,63	R\$ 526,00
38	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	550	24,92	R\$ 13.706,00
39	DOSAGEM DE CITRATO	100	2,85	R\$ 285,00
40	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	400	4,98	R\$ 1.992,00
41	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	400	4,98	R\$ 1.992,00
42	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	400	2,63	R\$ 1.052,00
43	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	100	24,40	R\$ 2.440,00
44	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	100	24,40	R\$ 2.440,00
45	DOSAGEM DE CORTISOL	100	14,01	R\$ 1.401,00
46	DOSAGEM DE CREATININA	200	2,63	R\$ 526,00
47	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	100	5,23	R\$ 523,00
48	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB (CK-MB)	100	5,86	R\$ 586,00
49	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (LDH)	120	5,23	R\$ 627,60
50	DOSAGEM DE ESTRADIOL	100	14,43	R\$ 1.443,00
51	DOSAGEM DE ESTRIOL	100	16,42	R\$ 1.642,00
52	DOSAGEM DE ESTRONA	100	15,82	R\$ 1.582,00
53	DOSAGEM DE FATOR IX	100	10,82	R\$ 1.082,00
54	DOSAGEM DE FATOR V	80	6,72	R\$ 537,60
55	DOSAGEM DE FATOR VIII	100	9,43	R\$ 943,00
56	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTÍGENO)	80	26,89	R\$ 2.151,20
57	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	80	7,82	R\$ 625,60
58	DOSAGEM DE FERRITINA	80	22,17	R\$ 1.773,60
59	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	100	4,98	R\$ 498,00
60	DOSAGEM DE FOLATO	40	22,26	R\$ 890,40
61	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	80	2,85	R\$ 228,00
62	DOSAGEM DE FOSFORO	40	2,63	R\$ 105,20
63	DOSAGEM DE GALACTOSE	150	4,98	R\$ 747,00
64	DOSAGEM DE GAMA- GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	50	4,98	R\$ 249,00
65	DOSAGEM DE GLICOSE	800	2,63	R\$ 2.104,00
66	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (BETA HCG)	800	11,16	R\$ 8.928,00
67	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	200	2,17	R\$ 434,00
68	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	300	11,17	R\$ 3.351,00
69	DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH)	100	14,52	R\$ 1.452,00
70	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH)	100	11,22	R\$ 1.122,00
71	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	100	12,76	R\$ 1.276,00
72	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	40	12,74	R\$ 509,60
73	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	100	24,40	R\$ 2.440,00
74	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	100	13,15	R\$ 1.315,00
75	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	100	24,40	R\$ 2.440,00
76	DOSAGEM DE INSULINA	100	14,46	R\$ 1.446,00
77	DOSAGEM DE LÍTIO	100	3,19	R\$ 319,00
78	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	200	2,85	R\$ 570,00
79	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	100	11,55	R\$ 1.155,00
80	DOSAGEM DE MUÇO-PROTEÍNAS	100	2,85	R\$ 285,00
81	DOSAGEM DE OXALATO	100	5,23	R\$ 523,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



82	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	100	61,34	R\$ 6.134,00
83	DOSAGEM DE POTÁSSIO	500	2,63	R\$ 1.315,00
84	DOSAGEM DE PROGESTERONA	100	14,53	R\$ 1.453,00
85	DOSAGEM DE PROLACTINA	100	14,43	R\$ 1.443,00
86	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA	100	4,02	R\$ 402,00
87	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	80	2,90	R\$ 232,00
88	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	200	2,63	R\$ 526,00
89	DOSAGEM DE SÓDIO	500	2,63	R\$ 1.315,00
90	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	100	21,82	R\$ 2.182,00
91	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	100	18,64	R\$ 1.864,00
92	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	40	14,83	R\$ 593,20
93	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	40	18,64	R\$ 745,60
94	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	100	21,82	R\$ 2.182,00
95	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	80	12,45	R\$ 996,00
96	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	80	16,49	R\$ 1.319,20
97	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	150	2,85	R\$ 427,50
98	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	150	2,85	R\$ 427,50
99	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	100	5,86	R\$ 586,00
100	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	400	4,98	R\$ 1.992,00
101	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	80	12,38	R\$ 990,40
102	DOSAGEM DE TROPONINA	100	12,80	R\$ 1.280,00
103	DOSAGEM DE UREIA	200	2,63	R\$ 526,00
104	DOSAGEM DE VITAMINA B12	100	21,68	R\$ 2.168,00
105	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA125	100	18,98	R\$ 1.898,00
106	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	100	7,69	R\$ 769,00
107	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS	100	6,28	R\$ 628,00
108	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)	100	3,88	R\$ 388,00
109	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	100	3,97	R\$ 397,00
110	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO - CERVICO-VAGINAL	100	3,97	R\$ 397,00
111	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	100	424,53	R\$ 42.453,00
112	HEMOCULTURA	100	16,34	R\$ 1.634,00
113	HEMOGRAMA COMPLETO	700	5,84	R\$ 4.088,00
114	IMUNOELETOFORESE DE PROTEÍNAS	100	24,40	R\$ 2.440,00
115	LEUCOGRAMA	100	3,88	R\$ 388,00
116	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	100	14,22	R\$ 1.422,00
117	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	100	14,22	R\$ 1.422,00
118	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	100	5,26	R\$ 526,00
119	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	100	12,32	R\$ 1.232,00
120	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	100	4,02	R\$ 402,00
121	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	350	14,22	R\$ 4.977,00
122	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	100	26,38	R\$ 2.638,00
123	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	100	24,40	R\$ 2.440,00
124	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	100	5,83	R\$ 583,00
125	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	100	24,40	R\$ 2.440,00
126	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	100	24,40	R\$ 2.440,00
127	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	100	24,40	R\$ 2.440,00
128	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	100	24,40	R\$ 2.440,00
129	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	100	24,40	R\$ 2.440,00
130	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	100	26,38	R\$ 2.638,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



131	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	100	26,38	R\$ 2.638,00
132	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	100	24,40	R\$ 2.440,00
133	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	100	26,38	R\$ 2.638,00
134	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	100	26,38	R\$ 2.638,00
135	PESQUISA DE ANTICORPOS - VIRUS DA HEPATITE C (ANTI- HCV)	100	26,38	R\$ 2.638,00
136	PESQUISA DE ANTICORPOS - VIRUS DA HEPATITE D (ANTI- HDV)	100	26,38	R\$ 2.638,00
137	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	100	13,15	R\$ 1.315,00
138	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	100	24,40	R\$ 2.440,00
139	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	100	4,02	R\$ 402,00
140	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	100	15,64	R\$ 1.564,00
141	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	100	13,15	R\$ 1.315,00
142	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	150	24,13	R\$ 3.619,50
143	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	100	13,15	R\$ 1.315,00
144	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS	100	42,66	R\$ 4.266,00
145	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	100	26,38	R\$ 2.638,00
146	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	200	24,40	R\$ 4.880,00
147	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	100	24,40	R\$ 2.440,00
148	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	100	24,40	R\$ 2.440,00
149	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	100	24,40	R\$ 2.440,00
150	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	100	26,38	R\$ 2.638,00
151	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	100	16,51	R\$ 1.651,00
152	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	100	14,22	R\$ 1.422,00
153	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	150	26,38	R\$ 3.957,00
154	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	100	13,15	R\$ 1.315,00
155	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	100	26,38	R\$ 2.638,00
156	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS	100	28,44	R\$ 2.844,00
157	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	100	26,38	R\$ 2.638,00
158	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	200	24,40	R\$ 4.880,00
159	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	100	24,40	R\$ 2.440,00
160	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	100	24,40	R\$ 2.440,00
161	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	25	18,98	R\$ 474,50
162	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	100	26,38	R\$ 2.638,00
163	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	100	26,38	R\$ 2.638,00
164	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	100	2,90	R\$ 290,00
165	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	100	4,02	R\$ 402,00
166	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIÚROS OXIURA)	100	2,34	R\$ 234,00
167	PESQUISA DE FATOR RH (TIPAGEM SANGUÍNEA)	800	1,95	R\$ 1.560,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



168	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	100	2,90	R\$ 290,00
169	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES	100	2,34	R\$ 234,00
170	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	100	2,34	R\$ 234,00
171	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS (P. FEZES)	550	2,34	R\$ 1.287,00
172	PESQUISA DE PROTEÍNAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	100	6,31	R\$ 631,00
173	PESQUISA DE ROTAVÍRUS NAS FEZES	100	14,58	R\$ 1.458,00
174	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	100	2,34	R\$ 234,00
175	PROVA DE RETRAÇÃO DO COAGULO	100	3,88	R\$ 388,00
176	PROVA DO LAÇO	350	3,88	R\$ 1.358,00
177	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO HIV-1	100	25,60	R\$ 2.560,00
178	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	100	240,30	R\$ 24.030,00
179	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GÁSTRICO	100	6,67	R\$ 667,00
180	TESTE FTA-ABS IGG P/DIAGNOSTICO DA SÍFILIS	20	14,22	R\$ 284,40
181	TESTE FTA-ABS IGM P/DIAGNOSTICO DA SÍFILIS	20	14,22	R\$ 284,40
182	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	100	3,89	R\$ 389,10
183	TESTE NÃO TREPONEMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS (VDRL)	600	4,02	R\$ 2.412,00
184	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTES	600	4,02	R\$ 2.412,00
VALOR TOTAL				R\$ 452.133,00

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 14/05/2025 e encerramento em 14/05/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Davinópolis deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CLASSIFICAÇÃO: 10.301.2003.0000. REALIZAÇÃO DE EXAMES;
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.



9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa de:**

- i) **Moratória de 1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento)** do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Davinópolis – MA, 14 de maio de 2025.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE


Kelli Cristiana Machado dos Santos
Secretaria de Saúde
Kelli Cristiana Machado dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

PELA CONTRATADA


Manoel Marne Ibiapina Farreto
CPF nº 852.411.483-53



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



TESTEMUNHAS

NOME:

1690220
ESP/MS

NOME: